



## ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA Nº 01/2009

PROCESSO n.º 0311/09

LICITAÇÃO n.º 018/09 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 23/04/2010

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos 24 dias do mês de abril de 2009, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 de 18.04.2008, de nº. 44.787 de 18.04.08, de nº 44.431, de 29.12.06 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

### FORNECEDOR:

**ITEM 01 - HOME PASTAS COMERCIAL LTDA - EPP**, com sede na Rua Jônia, 21 – Parque Capuava, Cep: 09271-170 – Município de Santo André - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.441.298/0001-99, neste ato representada por seu procurador, Sr. André Gustavo Ribeiro, residente na Av. Redenção, 465/94 – Jardim das Américas – São Bernardo do Campo – SP – CEP 097.25.680, portador da Carteira de Identidade n.º 29.369.334-1, SSP/SP, CPF n.º 277.612.598-44.

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A presente Ata tem por objeto o registro de preço para a aquisição de capas plásticas para proteção de processos, especificados no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 018/2009 – Pregão Presencial.

**1.1.** Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.





## DOS PREÇOS

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O(s) quantitativos, marca(s), preço(s) e fornecedor(es) registrado(s) encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18/04/2008.

## DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

## DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**CLÁUSULA QUINTA.** O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis assinar a Autorização de Compra.

**5.1** Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

## DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.

**6.1** Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo-COMAT, situada na Av. do contorno nº 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

**6.1.1.** O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

## DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

**7.1** O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**7.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.





**7.1.2.** O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;

b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

**7.2** Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

**7.3** Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

**7.4** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA OITAVA.** Constituem obrigações:

#### **8.1. DO TRIBUNAL**

**8.1.1** Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

**8.1.2** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

**8.1.3** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

**8.1.4** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### **8.2. DO FORNECEDOR**

**8.2.1** Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

**8.2.2** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**8.2.3** Substituir, no prazo de 08 (oito) dias e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

**8.2.4** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

**8.2.5** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**8.2.6** Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I





deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

**8.2.7** Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

**8.2.8** Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**8.2.9** Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital .

**8.2.10** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino;

### **DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA.** O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

**9.1.** No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

**9.2.** Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

**9.3.** O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

**9.4.** O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

**9.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

**9.5.1.** Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

**9.6.** O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

**9.7.** Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O preço registrado se manterá fixo e irreajustável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº 44.787 de 18/04/2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.





10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado;

### **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

**11.1. Pelo Tribunal:**

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

**11.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

**11.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**11.3.1.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**11.4.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

**11.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

**11.6.** Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Pela inexecução total ou parcial da Autorização de compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:



193  
8

**12.1.** Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou autorização de Compra, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou Autorização de Compra;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**12.2.** Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
  - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
  - b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores.

**12.3.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

**12.4.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

#### **DA TROCA DE MARCA**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

**13.1.** A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;





b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2009.


Desembargador **SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE**  
Presidente

Pelo Fornecedor:

**André Gustavo Ribeiro**  
**HOME PASTAS COMERCIAL LTDA - EPP**

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

*TJ2086-7*

*mf - TJ 3788-7*



## ANEXO I – DA ATA

### QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 018/09)

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
01	cento	3.000	<b>CAPA DE PROTEÇÃO PARA PROCESSOS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- PLÁSTICO DE PVC, SR – CRISTAL DE 0,20mm DE ESPESSURA;</li><li>- DIMENSÕES MÍNIMAS:<ul style="list-style-type: none"><li>- ABERTA: 350,0 x 500,0mm</li><li>- FECHADA: 350,0 x 250,0mm;</li></ul></li><li>- DEVERÁ TER DOIS VINCOS CENTRAIS COM DISTÂNCIA DE 20,0mm ENTRE CADA UM DELES;</li><li>- DEVERA TER QUATRO FUROS COM DIÂMETRO DE 6,0mm, NO ANVERSO E NA CONTRACAPA SENDO: UM EM CADA LATERAL DA LOMBADA A 40,0mm DA LINHA DE CORTE E DOIS CENTRAIS, COM DISTÂNCIA DE 8,0cm A PARTIR DO EIXO CENTRAL DE CADA UM DOS FUROS. A DISTÂNCIA DOS FUROS EM RELAÇÃO AOS VINCOS SERÁ DE 1,2 CM (DA BORDA DO VINCO À BORDA DO FURO), TANTO PARA O ANVERSO QUANTO PARA A CONTRA CAPA;</li><li>- COLOCAR REFORÇO NA LOMBADA E NA ÁREA DOS FUROS (20,0mm DE CADA LADO, CONFORME MODELO);</li><li>- QUATRO COSTURAS NO REFORÇO DE 20,0 MM (LOMBADA E ÁREA DOS FUROS);</li><li>- ABAS INTERNAS COM 80,0mm DE CADA LADO;</li><li>- COSTURA PREGUEADA;</li><li>- EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 01 CENTO CADA.</li></ul>	HOME	85,00	HOME PASTAS COEMRCIAL LTDA-EPP





2009

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça

RESOLVE conceder a servidora Sônia Rocha Aguiar, PJPJ-12205-1, Técnico Judiciário C, da especialidade de Psicólogo Judicial do Quadro da Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas Gerais, da comarca de Belo Horizonte:

- Posicionamento na carreira, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei 10.254, de 20.07.90, c/c os artigos 22 e 23, da Resolução 198/91 - TJMG, de 05.03.91 e em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei 10.856, de 06.08.92. Retificando a Portaria 477/DIRPES/95, publicada em 07.03.1995;

- padrão C11, a partir de 19.04.93;

- Progressões, nos termos dos artigos 22 e 23, da Resolução

367/01-TJMG, de 18.04.01:

- padrão C12, a partir de 05.10.94;  
- padrão C13, a partir de 19.04.95;  
- padrão C16, a partir de 19.04.96;  
- padrão C17, a partir de 19.04.97, ficando retificada a Portaria nº 442/97, Publicada em 19.08.97, no tocante ao servidor;  
- padrão C20, a partir de 19.04.98, ficando retificada a Portaria

nº 382/99, publicada em 11.08.99, no tocante ao servidor;

padrão C21, a partir de 19.04.99;

- Promoções Horizontais, nos termos dos artigos 24 e 25, da Resolução 367/01-TJMG, de 18.04.01:  
- padrão C15, a partir de 01.07.95;  
- padrão C19, a partir de 01.07.97, ficando retificada a Portaria nº 626/98, publicada em 10.12.98, no tocante ao servidor.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2009  
Desembargador SÉRGIO RESENDE  
Presidente

Deferindo permuta entre os servidores:

-Francisca Paula de Jesus Firmino Alves, PJPJ 23764-4, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva, da comarca de Cruzília para a comarca de Baependi e Aline Marie Saraiva, PJPJ 24963-1, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva, da comarca de Baependi para a comarca de Cruzília;

-Ivana Vieira Bracks, PJPJ 21019-5, Oficial Judiciário D, especialidade Comissário da Infância e Juventude, efetiva, da comarca de Governador Valadares para a comarca de Teófilo Otoni e Carlos Raimundo Pimenta dos Santos, PJPJ 3916-4, Oficial Judiciário D, especialidade Comissário da Infância e Juventude, efetivo, da comarca de Teófilo Otoni para a comarca de Governador Valadares.

#### ATOS DO PRESIDENTE REFERENTE AO FORO EXTRAJUDICIAL

Com base no art. 30, incisos I, IV, VIII, IX, X, XI e XIV, c/c o art. 31, I, III, e da Lei Federal nº 8.935/1994, aplicar a Walder de Paula Moreira e Silva, Tabelião do 3º Ofício de Notas da comarca de Teófilo Otoni, do Foro Extrajudicial, a pena de perda de delegação prevista no art. 32, IV, da mencionada Lei Federal, considerando o que restou comprovado nos autos do Processo

Administrativo Disciplinar nº  
1.0000.08.481.391-4/000.

#### ATOS DO PRESIDENTE REFERENTE A SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Processo nº.: 529/2009

Assunto: Dispensa de Licitação

Número da Dispensa: 013/2009

Embasamento Legal: Art. 24, inciso VIII da Lei Federal nº. 8.666/93.

Objeto: prestação, pela ECT ao Tribunal, em âmbito nacional, de diversos serviços postais.

Favorecida: ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Valor estimado: R\$6.607.807,00 (seis milhões, seiscentos e sete mil, oitocentos e sete reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

"Nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, ratifico a dispensa de licitação visando à prestação, em âmbito nacional, de diversos serviços postais, junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Publique-se."

Processo nº.: 0515/2009

Assunto: Dispensa de Licitação

Número da Inexigibilidade: 012/2009

Embasamento Legal: Art. 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de 600 (seiscentas) doses de vacinas contra a gripe CEPA 2009, em regime de consignação.

Favorecida: DIVAC - Distribuidora de Vacinas LTDA.

Valor estimado: R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais)

"Nos termos do art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, ratifico a dispensa de licitação visando à contratação da empresa DIVAC - Distribuidora de Vacinas LTDA. Publique-se."

#### SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

#### DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/09

TJMG X HOME PASTAS COMERCIAL LTDA. - EPP.

Processo: 311/2009

Licitação: 018/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de capas plásticas para proteção de processos.

Item 1: Home Pastas Comercial Ltda. - EPP

Item 1 - Capas plásticas para proteção de processos

Quantidade Registrada: 3.000 centos

Valor Unit.: R\$85,00 (oitenta e cinco reais) -

unidade: cento.

Gerência de Contratos e Convênios  
Gerente: Daniela Ataíde Giovannini Alves  
23.04.2009

Convênio (Extrato)

Município de Juiz de Fora/MG - Cv. 100/2009 de

22.04.2009. Objeto: Estabelecimento de procedimentos visando o pagamento de verbas indenizatórias de transporte aos Oficiais de Justiça no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, no cumprimento de mandados judiciais, na forma da Lei, de citação, intimação, notificação, penhora ou outras diligências fora das dependências do Tribunal. Vigência: 22.04.2009 a 22.04.2010 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Douradoquara/MG - Cv. 164/2009 de 22.04.2009. Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Monte Carmelo/MG mediante cessão de servidores municipais - Vigência: 22.04.2009 a 22.04.2014 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Coromandel/MG - Cv. 161/2009 de 22.04.2009. Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Coromandel/MG mediante cessão de servidores municipais - Vigência: 22.04.2009 a 22.04.2014 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Cordislândia/MG - Cv. 126/2009 de 22.04.2009. Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG mediante cessão de servidor municipal - Vigência: 04.05.2009 a 04.05.2014 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Romaria/MG - Cv. 165/2009 de 22.04.2009. Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Monte Carmelo/MG mediante cessão de servidor municipal - Vigência: 22.04.2009 a 22.04.2014 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Crisólita/MG - Cv. 044/2009 de 17.02.2009. Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Águas Formosas/MG mediante cessão de servidores municipais - Vigência: 17.02.2009 a 17.02.2014 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Três Corações/MG - Cv. 033/2009 de 26.03.2009. Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Três Corações/MG mediante cessão de servidores municipais - Vigência: 26.03.2009 a 26.03.2014 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Irai de Minas/MG - Cv. 163/2009 de 01.04.2009. Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Monte Carmelo/MG mediante cessão de servidores municipais - Vigência: 01.04.2009 a 01.04.2014 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Termo Aditivo - Convênio (Extrato)

Município de Santa Rita de Minas/MG - 2º TA de 22.04.2009 ao Cv. 026/2008 de 05.05.2008 - Objeto: Alteração de Cláusula - Vigência: 22.04.2009 a 05.05.2013. - Valor do 2º TA: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Caratinga/MG - 4º TA de 22.04.2009



À COMPRA

Senhora Coordenadora

Licitação homologada e devidamente  
publicada. Gentileza adotar os  
procedimentos pertinentes.

Em 24.04.2009.

Atenciosamente,



TJ2086-7

José Carlos Barbosa de Oliveira  
Coordenador - COALI